

política



Repórter Brasília
Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Flávio Bolsonaro nos EUA

A saída do País do candidato derrotado à Presidência da República, senador Flávio Bolsonaro (PL), após as eleições desencadeou uma onda de ataques e acusações pesadas por parte dos parlamentares da base governista. O ministro gaúcho Paulo Pimenta (PT, foto) chamou o senador de “traidor da pátria e covarde”, descrevendo o episódio como uma “tentativa gravíssima de escapar da ordem judicial”. Pimenta foi além e exigiu a “revogação da prisão domiciliar de Jair Bolsonaro (PL)”. A deputada federal gaúcha Daiana Santos (PCdoB) afirmou que a família Bolsonaro é “formada por covardes” e taxou a fuga do parlamentar como uma “vergonha”. O deputado federal gaúcho Bohn Gass (PT) também subiu o tom, acusando o senador Flávio Bolsonaro de “escapar da Justiça” para não responder aos “inquéritos por lavagem de dinheiro e corrupção”.



JÁNA MEINERZ/IC

Ditadura e exílio

Na trincheira oposta, parlamentares gaúchos de direita saíram em defesa de Flávio Bolsonaro, justificando sua ida aos Estados Unidos como um ato de “sobrevivência política” ante uma “perseguição judicial”. O senador Hamilton Mourão (Republicanos) disparou contra o Supremo Tribunal Federal (STF), afirmando que o País vive sob o “Direito Xandônico, que persegue e prende a seu bel prazer”. Para Mourão, a “perseguição à família Bolsonaro ultrapassou todo e qualquer limite”. O deputado federal Sanderson (PL) tratou as intimações da Polícia Federal contra Flávio como a prova cabal de uma ditadura. “O adversário sendo constrangido e ameaçado pelo regime, em plena luz do dia! Ditadores covardes!”, criticou. Maurício Marcon (Podemos) classificou a saída do País não como “fuga”, mas afirmando que Flávio Bolsonaro estaria “rumo ao exílio”. Já o deputado Bibi Nunes (PL) declarou: “Diante de tanta injustiça, a saída para Flávio e família foram os Estados Unidos!”.

Novas regras para logística

Com forte adesão da bancada federal gaúcha - incluindo os deputados Alceu Moreira (MDB), Any Ortiz (PP), Marcel van Hattem (Novo) e Sanderson (PL) -, um grupo de parlamentares protocolou um recurso para barrar a aprovação terminativa das novas regras para o setor de transportes e armazenagem. O objetivo da medida é levar à votação no plenário da casa o projeto de lei que regulamenta a atividade de operação logística. O grupo contesta o texto aprovado pela Comissão de Indústria, Comércio e Serviços (CICS). A principal crítica dos parlamentares é com relação à limitação da responsabilidade civil das empresas ao valor da mercadoria em caso de acidentes. Segundo o recurso, a restrição “pode não ser suficiente para abranger prejuízos decorrentes de determinados acidentes”.

Alerta fiscal para o Estado

O Tesouro Nacional publicou o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) em Foco e os dados do segundo quadrimestre de 2026 mantêm o Rio Grande do Sul no topo dos rankings de endividamento. Embora tenha respeitado os limites de gastos com pessoal, o Estado detém a segunda maior Dívida Consolidada Líquida (DCL) do Brasil, comprometendo 168% de sua Receita Corrente Líquida (RCL) - atrás apenas do Rio de Janeiro (211%). O boletim federal também revela o forte peso das dívidas judiciais na caixa gaúcha: o volume total de precatórios já representa 24% da receita estadual, o segundo pior índice do Brasil, superado apenas pelo Rio Grande do Norte (33,4%).

Cotado para Fazenda, Fonteles adotou limite de gastos no Piauí

Regra foi instituída por 10 anos no estado que governa para conter déficit

/ TRANSIÇÃO NO PLANALTO

O governador do Piauí, Rafael Fonteles (PT), um dos nomes mais cotados para assumir o Ministério da Fazenda na gestão Lula 4, criou uma regra fiscal para conter o crescimento das despesas estaduais por 10 anos, inspirada no modelo adotado pelo governo federal, após ver o déficit primário crescer nos últimos anos.

O déficit primário acumulado no período de Fonteles à frente do governo do estado alcançou R\$ 3,7 bilhões, ante um saldo negativo de R\$ 147 milhões na gestão anterior. Em 2023 e 2025, o estado não cumpriu a meta de resultado primário.

A Folha de S.Paulo fez um raio-x nas contas públicas e nos indicadores fiscais do Piauí desde 2019, comparando os quatro anos da gestão de Wellington Dias (PT), de 2019 a 2022, com os primeiros quatro anos de Rafael Fonteles (PT), de 2023 a 2026. Ele foi reeleito este ano, mas pode abrir mão do cargo no governo do esta-

do para chefiar a equipe econômica de Lula.

Como Fonteles é um dos principais nomes para assumir a Fazenda, algumas instituições financeiras já contrataram especialistas para analisar a gestão que ele fez no Piauí.

Embora a trajetória do resultado primário tenha piorado, o resultado orçamentário apresentou trajetória oposta. No acumulado dos quatro anos, o Piauí registrou superávit de R\$ 309 milhões, revertendo o déficit de R\$ 886 milhões observado nos quatro anos anteriores.

O primário compara receitas e despesas primárias, excluindo os juros da dívida, e indica se o governo consegue financiar seus gastos sem considerar esse custo financeiro.

Já o resultado orçamentário compara a receita efetivamente arrecadada e inclui a despesa empenhada, aquela que o governo se comprometeu em executar, oferecendo um retrato da execução do orçamento.

Para os estados, que não podem se financiar vendendo títulos como o governo federal, o resultado orçamentário é um indicador considerado importante na avaliação dos compromissos já assumidos.

Em 2025, Fonteles propôs e aprovou localmente uma regra que tem semelhanças com o arcabouço fiscal que Lula implementou em 2023. O dispositivo já está valendo a partir deste ano.

Pela regra, o estado deve fixar metas anuais para o resultado corrente, indicador que compara receitas e despesas correntes, com uma determinação de que os gastos não podem ultrapassar 95% das receitas correntes em cada ano.

Nos moldes da regra federal, os gastos podem ser corrigidos pela inflação acrescida de no máximo 2,5% de ganho real ou por 70% do crescimento nominal da receita corrente líquida, prevalecendo o menor dos dois critérios. Há exceções, entre elas despesas com saúde e educação.

Quem é Rafael Fonteles

O governador reeleito do Piauí, Rafael Fonteles (PT), ganhou destaque ao participar ativamente da campanha à reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Após estas eleições, passou a ser um dos cotados para assumir o Ministério da Fazenda no quarto mandato do petista, ou eventualmente ocupar outra vaga de peso.

► Estreia nas urnas:

Fonteles estreou urnas em 2022, quando se elegeu governador derrotando “medalhões” da política local. Em seu primeiro mandato, fez o Piauí registrar índices socioeconômicos positivos. Nestas eleições, reelegeu-se ainda em primeiro turno, com a maior votação proporcional do País.

► Atuação na virada: após a vitória no estado, entrou no time de Lula na campanha pela reeleição, sendo considerado um dos nomes fundamentais para a virada do presidente sobre Flávio Bolsonaro (PL).



GABRIEL PAULINO/DIVULGAÇÃO/IC

► Descrito como ‘gênio’:

O governador é descrito por colegas como “gênio”. Na Universidade Federal do Piauí, formou-se em Matemática na metade do tempo previsto para a graduação. Aos 21 anos, obteve o título de mestre na área.

► Deu o primeiro celular a Lula:

No primeiro discurso após a vitória no segundo turno, Lula disse que Fonteles foi o responsável por lhe dar o primeiro aparelho de celular de sua vida, com o qual passará a se comunicar diretamente com a população.

Presidente estadual do PT apoia nome do contrterrâneo

O presidente do PT no Piauí, deputado estadual Fábio Novo, defendeu que o governador Rafael Fonteles (PT), cotado para o Ministério da Fazenda, aceite um eventual convite do presidente reeleito Luiz Inácio Lula da

Silva (PT), para integrar a próxima gestão.

O dirigente apresentou a avaliação como opinião pessoal, sem confirmar convite. Para ele, a participação de Fonteles no governo federal permitiria ampliar

a contribuição do governador ao País. “Vamos emprestar um piauiense ue fez um grande governo, e emprestá-lo para o Brasil é algo muito nobre. Vai ajudar muito o governo do presidente Lula.”